

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO - 30 de Junho de 2013

Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores:

Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Original do Agronegócio S.A. ("Banco"), acompanhadas das respectivas notas explicativas, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2013, elaborado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, e normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN). O Banco tem como principal mercado de atuação o setor agropecuario nacional, oferecendo produtos e serviços destinados ao crescimento sustentável do segmento, através da manutenção de uma equipe de agrônomos, zootecistas e especialistas financeiros que atuam em conjunto a fim de estruturar soluções específicas para cada cliente. Além disso, contamos com uma mesa de operações voltada para o atendimento a clientes e também prospectar, realizando operações estruturadas, renegociação de dívidas e de derivativos em bolsa, câmbio pronto e câmbio físico, além de financiamento de projetos pecuários que incluem a construção de instalações, reforma de pastagens, compra de insumos e de animais.

Cenário Econômico

Contexto Macroeconômico

O primeiro semestre de 2013 começou com a expectativa de que o Brasil fosse acelerar o crescimento, reflexo das cortes de juros e estímulos em 2011 e 2012. Uma parte deste crescimento se materializou, mas a evolução da atividade econômica se caracterizou por fortes oscilações mensais da produção, o que manteve o baixo grau de confiança na sustentação do crescimento ao longo do ano. O Brasil registrou uma safra agrícola recorde no primeiro trimestre do ano, concentrada no plantio de soja, enquanto o aumento contínuo das exportações de proteínas sustentou o aumento do preço da arroba de carne bovina durante o período da safra no primeiro semestre. Os preços agrícolas também registraram cotações elevadas nos primeiros meses do ano, mas a normalização da oferta agrícola levou à normalização de vários destes preços nos últimos meses. A taxa de investimento cresceu pela expansão dos gastos das empresas em equipamentos, material de transporte e insumos da construção civil. Porém, o crescimento do PIB no primeiro trimestre não atingiu as expectativas, na medida em que o consumo das famílias desacelerou o ritmo de expansão de forma rápida em virtude da alta da inflação acima do aumento dos salários. Uma parcela expressiva da demanda doméstica também se transformou em maiores importações, o que levou a uma deterioração rápida da balança comercial, associada a um aumento somente moderado da taxa de investimento. A importação líquida de petróleo para a geração de energia termoeletrica

cresceu fortemente e produziu um déficit no saldo comercial do semestre pela primeira vez desde 2001. A aceleração da inflação terminou forçando o Banco Central a antecipar para abril o início do ciclo de elevação da taxa Selic, cujo ritmo de elevação foi intensificado ao final de maio. O período de intensificação da alta da Selic coincidiu com outra reprecificação de taxas de juros, esta no exterior, quando as taxas de juros de prazo mais longo subiram nos Estados Unidos em antecipação à normalização futura da política monetária americana. A alta de juros provocou uma desvalorização acentuada da taxa de câmbio. A desvalorização, a intensificação da elevação da taxa Selic e a alta das taxas de juros no exterior provocaram, juntos, uma alta expressiva das taxas de juros de mercado no Brasil. Este choque financeiro na primeira metade de junho se sobrepôs à novidade de seguidas manifestações de rua por várias cidades, o que provocou uma forte queda da confiança do consumidor e do empresário. O semestre se encerrou assim com preocupações sobre o ritmo de expansão da economia brasileira. O mercado de trabalho manteve taxas de desemprego próximas do mínimo jamais registrado, enquanto os salários nominais registraram bom desempenho e o mercado de crédito continuou a se expandir. O crescimento do crédito se concentrou no crédito direcionado ao mercado imobiliário, investimento e agricultura. A inadimplência bancária se manteve em alta até meados do semestre, quando começou a recuar de forma relativamente generalizada. O aumento das taxas de juros em junho pouco interferiu no mercado de crédito ao final do semestre, deixando os seus efeitos para os meses seguintes.

Desempenho nos Negócios

No 1º semestre de 2013, o Banco apresentou lucro de R\$ 13.664 mil, contra um prejuízo de R\$ 232 mil apresentados no 1º semestre de 2012. O Total de Ativos atingiu R\$ 803.543 enquanto o Patrimônio Líquido resultante ao final do semestre foi de R\$ 102.656 mil (Capital Social + R\$ 101.212 mil, Reservas Patrimoniais - R\$ 1.553 mil e Prejuízo Acumulado - R\$ (109) mil). A carteira de crédito ao término do semestre atingiu R\$ 427.487 mil, o saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa atingiu R\$ 40.245 mil, correspondente a 9,39% da carteira total, em conformidade com a Resolução CMN 2.682/99. Os recursos próprios livres, captados e administrados totalizaram ao final do período R\$ 862.396 mil.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Semestres Findos em 30 de Junho de 2013 e 2012

ATIVO	(Em Milhares de Reais)	
	30/06/2013	30/06/2012
Ativo Circulante	708.033	793.718
Disponibilidades	1.617	354
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 4)	205.709	256.459
Aplicações no Mercado Aberto	205.488	252.723
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	221	3.736
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros	173.424	117.388
Derivativos (Nota 5)	50.206	54.982
Carteira Própria	50.206	54.982
Vinculados a Operações Compromissadas	6.036	-
Vinculados à Prestação de Garantias	27.609	16.734
Instrumentos Financeiros Derivativos	89.573	45.672
Relações Interfinanceiras	147	226
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	24	73
Créditos Vinculados - Depósitos no Bacen	123	153
Operações de Crédito (Nota 6)	314.318	403.490
Adiantamento a Depositantes	49	1
Empréstimos	246.223	369.177
Financiamentos	105.219	50.806
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(37.173)	(16.494)
Outros Créditos	4.132	15.603
Carteira de Câmbio (Nota 8)	8	387
Rendas a Receber	125	241
Créditos Tributários (Nota 19)	1.607	9.549
Negociação e Intermediação de Valores	370	3.342
Diversos (Nota 7)	4.315	2.084
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.293)	-
Outros Valores e Bens	8.686	198
Despesas Antecipadas	686	198
Bens não de Uso	8.000	-
Realizável a Longo Prazo	92.531	102.762
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros	91	-
Derivativos (Nota 5)	91	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	91	-
Operações de Crédito (Nota 6)	72.924	94.394
Empréstimos	66.421	91.427
Financiamentos	7.282	7.935
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(779)	(4.968)
Outros Créditos	19.516	8.368
Créditos Tributários (Nota 19)	19.516	8.368
Permanente	2.979	4.403
Investimentos (Nota 9)	200	313
Participações em Controladas - no País	200	313
Imobilizado de Uso (Nota 10)	1.586	1.466
Outras Imobilizações de Uso	2.932	2.303
(-) Depreciações Acumuladas	(1.346)	(837)
Diferido (Nota 11)	1.193	2.624
Gastos de Organização e Expansão	7.156	7.155
(-) Amortizações Acumuladas	(5.963)	(4.531)
Total do Ativo	803.543	900.883

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres Findos em 30 de Junho de 2013 e 2012

	(Em Milhares de Reais)	
	30/06/2013	30/06/2012
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	101.212	1.553
Prejuízo do Semestre	-	-
Saldos em 30 de Junho de 2012	101.212	1.553
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	101.212	1.553
Lucro Líquido do Semestre	-	-
Saldos em 30 de Junho de 2013	101.212	1.553

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres Findos em 30 de Junho de 2013 e 2012

1. Contexto operacional: O Banco Original do Agronegócio S.A. (Banco), é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil a operar sob a forma de banco múltiplo, através de carteira comercial, de financiamento e investimento, de crédito rural, operações compromissadas e mercado de câmbio.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram preparadas em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), anteriormente à promulgação da Lei nº 11.638, de 28/12/2007, e Medida Provisória nº 449/08 (convertida posteriormente na Lei nº 11.941/09), associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e dos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando aplicável. Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para determinação e contabilização dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. Entretanto, a Administração revê periodicamente essas premissas e estimativas e é de opinião que não deverão existir diferenças significativas. As demonstrações financeiras referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012 foram aprovadas pela Administração em 22 de agosto de 2013.

Principais práticas contábeis: As principais práticas contábeis são assim resumidas: **a. Apuração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para cada ativo passivo financeiro, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre ativos e passivos indexados. **b. Ativos e passivos - circulante e a longo prazo:** São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para ajustar o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. **c. Apresentação das demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas pelo método indireto, conforme premissas estabelecidas no CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Resolução CMN 3.604/08. **d. Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por moeda nacional e estrangeira e aplicações interfinanceiras, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Em 30 de junho de 2013 e 2012, os valores eram compostos da seguinte forma:

Composição	30/06/2013	30/06/2012
Disponibilidades em moeda nacional e estrangeira	1.617	354
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 4)	205.488	252.723
Total	207.105	253.077

e. Aplicações interfinanceiras de liquidez: São apresentadas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos "pro rata" dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados. **f. Títulos e valores mobiliários:** De acordo com a Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, as instituições financeiras devem classificar os títulos e valores mobiliários, nas seguintes categorias:

• **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Os instrumentos financeiros derivativos que o Banco opera não atendem os critérios de hedge contábil estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.082/2002 e são utilizados para administrar a exposição global de risco. Os derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado. **h. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro 1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente pela Administração do Banco para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de operações de crédito e atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil. **i. Outros ativos:** Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base "pro rata" dia, incorridos até a data do balanço. **j. Investimentos em controladas:** Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanços levantados na mesma data. **k. Imobilizado de uso e diferido:** O ativo imobilizado de uso é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a taxa de depreciação estipulada pelo RIR/99, conforme nota explicativa nº 11. O ativo diferido, compreendendo custos com organização, expansão, e demonstrado ao valor de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a legislação em vigor que estabelece um prazo mínimo de 5 anos e máximo de 10 anos para amortização total, conforme nota explicativa nº 11. Os valores constituídos no ativo diferido até a entrada em vigor da Resolução CMN nº 3.617, de 30 de setembro de 2008, serão mantidos neste grupo até a sua efetiva baixa. **l. Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment):** É reconhecido como perda, quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável, ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substanciais, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas com "impairment", quando aplicáveis, são registradas no resultado do exercício em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. Em 30 de junho de 2013 e 2012 não existiam indícios de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros. **m. Depósitos, captações no mercado aberto, e recursos de aceites e emissão de títulos:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia. **n. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** A provisão para imposto de renda (IRPJ) é constituída com base nos rendimentos tributáveis pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros excedentes a R\$ 240 no exercício fiscal. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) das instituições financeiras é de 15% sobre o lucro tributável. Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes, na data das demonstrações financeiras, sendo que os créditos sobre adições temporárias, quando houver, serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários estão registrados na rubrica "Outros créditos"

e foram reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. **o. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) baseiam-se nos critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823 de 16 de dezembro de 2009 aplicável a partir do exercício de 2010, da seguinte forma: **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. Não existem ativos contingentes em 30 de junho de 2013 e 2012. **Contingências passivas** - São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, não sendo efetuada provisão contábil, enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação. **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - Referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, e atualizados de acordo com a legislação vigente. **p. Outros passivos:** Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias até a data do balanço, e nas operações pré-fixadas pelo valor de resgate deduzido das correspondentes despesas a apropriar. **q. Partes relacionadas:** O Banco possui transações com partes relacionadas, as quais são efetuadas a preços e condições de mercado. Essas transações referem-se, principalmente, a aplicações em operações compromissadas, depósitos interfinanceiros, à vista e a prazo, letras de crédito, contas a pagar, despesas administrativas e cessão de crédito. **r. Resultado por ação:** É calculado com base na quantidade de ações do capital social integralizado na data das demonstrações financeiras. **s. Dividendos/juros sobre capital próprio (JCP):** Não há previsão estatutária de distribuição obrigatória mínima de dividendos ou juros sobre capital próprio, conforme permite o art. 202, parágrafo 3º, inciso II, da Lei 6.404/76. No primeiro semestre de 2013 não foram deliberados dividendos ou juros sobre capital próprio.

t. Cessão de créditos: A partir de 1º de janeiro de 2012, entrou em vigência a Resolução nº 3.533, de 31 de janeiro de 2008, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que alterou o registro das operações de cessões de crédito, realizadas a partir de 2012, estabelecendo procedimentos para a classificação e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. Conforme esse novo normativo, a manutenção ou baixa do ativo financeiro está relacionada à retenção substancial dos riscos e benefícios na operação de venda ou transferência. As operações de cessão de créditos classificadas como "retenção substancial dos riscos e benefícios" permanecem registradas no ativo em sua totalidade. Os valores recebidos na operação são registrados no ativo com contrapartida no passivo referente à obrigação assumida. As receitas e despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do exercício pelo prazo remanescente da operação.

	30/06/2013		30/06/2012	
	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Aplicações no mercado aberto	-	-	-	5.699
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	15.453	-	-	15.453
Notas do Tesouro Nacional - NTN - Série B	190.035	-	-	190.035
Aplicações em depósito interfinanceiros	-	-	-	22.000
CDI - Crédito Rural PRONAF	-	121	-	121
CDI - Crédito Rural SUBEX	-	-	-	3.115
CDI - Crédito Rural PRONAMP	-	100	-	100
Total	205.488	221	-	205.709

As operações compromissadas encontram-se custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e os títulos privados na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos: **a. Títulos e valores mobiliários:** **a.1. Classificação por título, valor de mercado e curva:**

	30/06/2013		30/06/2012	
	Valor de curva/contrato	Ajuste a mercado	Valor de curva/contrato	Ajuste a mercado
Títulos para negociação - Carteira própria	857	9	860	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	45.320	(913)	44.407	54.982
Notas do Tesouro Nacional - NTN - Série B	4.600	339	4.939	-
Total	50.777	(571)	50.206	54.982

	30/06/2013		30/06/2012	
	Valor de curva/contrato	Ajuste a mercado	Valor de curva/contrato	Ajuste a mercado
Títulos para negociação - Vinculados a operações compromissadas	6.176	(139)	6.036	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	6.176	(139)	6.036	-
Total	6.176	(139)	6.036	-

	30/06/2013		30/06/2012	
	Valor de curva/contrato	Ajuste a mercado	Valor de curva/contrato	Ajuste a mercado
Títulos para negociação - Vinculados à prestação de garantias	20.667	(467)	20.200	4.555
Letras do Tesouro Nacional - LTN	6.900	509	7.409	12.179
Notas do Tesouro Nacional - NTN - Série B	27.567	42	27.609	16.734

	30/06/2013		30/06/2012	
	Até 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Títulos para negociação - Carteira própria	4.897	-	39.510	44.407
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	860	860
Letras do Tesouro Nacional - LTN	4.897	-	39.510	44.407
Notas do Tesouro Nacional - NTN - Série B	-	-	4.939	4.939
Total	4.897	-	45.309	50.206

	30/06/2013		30/06/2012	
	Até 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Títulos para negociação - Vinculados a operações compromissadas	6.176	(139)	6.036	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	6.176	(139)	6.036	-
Total	6.176	(139)	6.036	-

	30/06/2013		30/06/2012	
	Até 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Títulos para negociação - Vinculados à prestação de garantias	20.667	(467)	20.200	4.555
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	20.200	20.200
Notas do Tesouro Nacional - NTN - Série B	-	-	7.409	7.409
Total	20.667	(467)	27.609	27.609

Os títulos públicos encontram-se custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC). O valor de mercado dos títulos compreendidos ou valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) ou está representado pelo fluxo de caixa futuro trazido a valor presente pelas taxas divulgadas pela BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e de Futuros ou agentes de mercado, quando necessário. **b. Instrumentos financeiros derivativos:** O Comercado Financeiro Original utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de atender as necessidades

Gerenciamento de Riscos e Controles

Em cumprimento às disposições legais impostas pelo BACEN relativas ao gerenciamento e controle de riscos, o Banco possui uma estrutura dimensionada de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e/ou atividades da instituição. Assim, o Banco conta com políticas, processos e procedimentos voltados para a administração e gestão de riscos, utilizando-se de instrumentos para medir, monitorar, avaliar e administrar os riscos assumidos na realização de suas atividades. Estes processos incluem a gestão da exposição aos riscos de: mercado, crédito, liquidez, operacional, legal, compliance e regulatório. O Banco revê constantemente seus processos de gestão de riscos visando os melhores práticas de mercado e a total aderência ao que disciplina a legislação em vigor pronunciada pelo BACEN.

Ouidoria

A estrutura de Ouidoria do Banco atende plenamente aos requisitos definidos pela legislação vigente, disponibilizando aos seus clientes canal de acesso dedicado com divulgação através de ampla rede de pontos e materiais de comunicação. A Instituição mantém sua Ouidoria como um instrumento de suma importância no relacionamento com seus clientes e compromete-se em auxiliá-la no cumprimento de sua missão. Informamos que não há registros de qualquer demanda ou reclamação no período findo em 30 de junho de 2013.

No semestre findo em 30 de junho de 2013 a maioria do quadro de colaboradores do Banco Original do Agronegócio S.A. foi transferido para o Banco Original S.A. As obrigações trabalhistas e despesas de pessoal foram em sua maioria transferidas para o Banco Original S.A.

Relacionamento com os Auditores

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Semestres Fimados em 30 de Junho de 2013 e 2012
Operações de futuro por indexador e vencimento

Operações de futuros por indexador	30/06/2013				30/06/2012	
	Valor contratado	Até 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Total
Commodities	6.175	6.008	167	-	6.175	7.734
DDI	178.810	111.087	45.877	21.846	178.810	64.599
DI	98.000	13.500	23.000	61.500	98.000	114.308
Dólar	37.374	37.374	-	-	37.374	48.559
Total	320.359	167.969	69.044	83.346	320.359	235.200

Os ajustes líquidos (a pagar) ou a receber referentes a contratos nos mercados futuros de boi gordo, milho, DI, dólar, cupom de dólar e índice de Ibovespa em d+1, no montante de R\$ (2.236) (2012 - R\$ 2.856), foram registrados em negociação e intermediação de valores.

Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	30/06/2013			30/06/2012	
	Receita	Despesa	Resultado	Resultado	
SWAP	972	(388)	584	(597)	
OPÇÕES	52	(18)	34	(63)	
NDF	4.659	(5.496)	(837)	(869)	
DI	714	(271)	443	387	
DDI	6.152	(12.766)	(6.614)	(366)	
BGI	288	(768)	(480)	(480)	
MOEDAS	1.352	(496)	856	(664)	
ÍNDICE	-	-	-	(456)	
MILHO	-	-	-	(32)	
DÓLAR	-	(156)	(156)	(394)	
Total	14.189	(19.869)	(5.680)	(2.901)	

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos efetuados junto à BM&FBovespa S.A., foram requeridas margens de garantia em títulos públicos, no montante de R\$ 27.609 (2012 - R\$ 16.734). Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se registrados, conforme o caso, na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP), e na BM&FBovespa S.A.

6. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa:
a. Composição por produto:

	30/06/2013	30/06/2012
Adiantamento a depositante		
Adiantamento a depositante	49	1
Empréstimos		
C.D.C.A.	780	-
C.P.R. (*)	234.469	351.931
Capital de giro	62.238	83.337
Cheque especial	33	20
Conta-corrente garantida	15.124	25.316
Total	312.644	460.604
Cédula de crédito imobiliário		
Cédula de crédito imobiliário	6.368	7.935
Total	6.368	7.935
Outros financiamentos		
Financiamentos à produção para exportação	101.524	50.806
Financiamentos rurais e agroindustriais	4.609	-
Total	106.133	50.806
Outros créditos (nota 7)		
Outros créditos com característica de concessão de crédito	2.175	-
Fiança honrada	118	-
Total	2.293	-
Total da carteira de crédito	427.487	519.346
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(37.952)	(21.462)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(2.293)	-
Total	387.242	497.884

(*) A CPR (Cédula de Produto Rural) representa o compromisso de entrega de produtos rurais, com ou sem garantia cedularmente constituída. Basicamente, o produtor rural a emite e recebe o valor negociado de forma antecipada.

b. Composição por ramo de atividade e vencimento:

	30/06/2013		30/06/2012	
	Carteira vencida a partir de 15 dias	A vencer até 360 dias e vencida até 14 dias	A vencer acima de 360 dias	Total
Setor privado				
Rural	17.035	56.722	1.780	75.537
Indústria	955	25.147	26.102	26.644
Comércio	1.335	2.517	6.368	10.220
Outros serviços	2.020	4.445	17.447	23.912
Pessoa física	57.192	186.181	40.672	284.045
Habitação	-	235	7.436	7.671
Total	78.537	275.247	73.703	427.487

c. Concentração da carteira

	30/06/2013		30/06/2012	
	Valor	% da Carteira	Valor	% da Carteira
10 maiores devedores	129.188	30,22	108.107	20,82
50 maiores devedores seguintes	201.317	47,09	208.577	40,16
100 maiores devedores seguintes	74.048	17,33	122.742	23,63
Demais devedores seguintes	22.934	5,36	79.920	15,39
Total	427.487	100,00	519.346	100,00

d. Provisão para créditos de liquidação duvidosa: A abertura da posição "A vencer" e "vencida" refere-se aos contratos vigentes em 30 de junho de 2013. As provisões constituídas levam em consideração as classificações de "rating" e os percentuais estipulados na Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

Nível de risco	30/06/2013		30/06/2012	
	Carteira a Vencer	Valor da Provisão	% da Provisão	Valor da Provisão
A	102.466	572	1,28	2.142
B	189.113	14.252	2.034	5,05
C	29.409	9.265	1.160	2,88
D	20.562	17.837	3.840	9,54
E	3.945	1.389	1.600	3,99
F	-	1.120	560	1,39
G	2.764	20.638	16.381	40,70
H	118	14.037	14.155	35,17
Total	348.377	79.110	40.245	100,00

Movimentação da PCLD

	30/06/2013	30/06/2012
Saldo no início do semestre	-	31.445
Constituição líquida do semestre	-	15.229
Reversões	-	15.852
Reversões	-	(6.429)
Saldo no final do semestre	-	40.245

Em 30 de junho de 2013 e 2012, os créditos recuperados montam em R\$ 21.718 (2012 - R\$ 25). No primeiro semestre de 2013 não houve créditos renegociados (2012 - R\$ 22.450). O gerenciamento de risco de crédito está descrito na nota explicativa nº 26. **e. Cessão de créditos:** No 1º semestre de 2013 o Banco transferiu o montante de R\$ 94.746, referente à carteira de crédito, sem retenção substancial de riscos e benefícios. Os créditos cedidos sem "retenção substancial dos riscos e benefícios" são baixados do ativo e o ganho ou perda reconhecido na data da cessão. O impacto no resultado está composto:

	30/06/2013	30/06/2012
Total da carteira cedida	-	94.746
Valor da venda	-	93.500
Prejuízo com cessão de créditos (nota 21)	-	(1.246)
Recuperação de créditos baixados para prejuízo (nota 21)	-	21.718
No 1º semestre de 2012 não ocorreram transferências de ativos.	-	-

7. Outros créditos diversos:

	30/06/2013	30/06/2012
Composição		
Impostos e contribuições antecipados e a compensar	735	1.502
Devedores para depósito em garantia	945	6
Valores a receber de sociedades ligadas	43	44
Adiantamentos diversos	271	529
Outros créditos com característica de concessão de crédito (nota 6)	2.293	-
Outros devedores	28	3
Total	4.315	2.084

8. Carteira de câmbio:

Abaixo as posições ativas e passivas de carteira de câmbio em 30 de junho de 2013 e 2012:

	30/06/2013	30/06/2012
Ativo - Outros créditos		
Câmbio comprado a liquidar	-	192
Direitos sobre venda de câmbio	8	195
Total	8	387
Passivo - Outras obrigações		
Câmbio vendido a liquidar	(8)	(194)
Obrigações por compras de câmbio	-	(193)
Total	(8)	(387)

9. Investimento em controladas:

	Original Negócios Agropecuários Ltda.	Brasil Agroseca S.A. - Sociedade Anônima	Original Investimentos Imobiliários Ltda.	Total
Capital social	100	3.897	100	4.100
Prejuízo acumulado	(179)	(2.580)	-	(2.759)
Lucro líquido (prejuízo) do semestre	1	(986)	-	(985)
Reserva de lucro	99	-	-	99
Patrimônio líquido	21	331	100	452
Percentual de participação societária	99,99	23,75	99,99	-
Situação dos investimentos				
Saldo inicial do semestre	21	216	20.098	21.335
Cancelamento de integralização	-	-	(19.998)	(19.998)
Aumento de capital	-	100	-	100
Resultado equivalência patrimonial	-	(237)	-	(237)
Saldo no final do semestre	21	79	100	200

Em 30 de junho de 2012, o Banco possuía participação de 99,99% nas empresas: Original Negócios Agropecuários Ltda. e Original Investimentos Imobiliários Ltda. (em fase pré-operacional, com capital a integralizar) e 23,75% na empresa Brasil Agroseca S.A. - Sociedade Anônima, representando um saldo na rubrica de investimentos de R\$ 313 e resultado de equivalência patrimonial no semestre de R\$ (303). O Banco possui investimentos nas seguintes empresas: **Original Negócios Agropecuários Ltda.:** A principal atividade da Original Negócios Agropecuários Ltda. (nova denominação social da JBS Negócios Agropecuários Ltda.) é a intermediação de negócios agropecuários e o desenvolvimento de projetos agropecuários. Foi constituída em 21 de agosto de 2009 e teve seu capital integralizado em 2 de outubro de 2009. **Original Investimentos Imobiliários Ltda.:** Em 12 de julho de 2010 o Banco constituiu a empresa Pecus Administradora de Recursos Ltda. com o objetivo de prestar serviços de administração de carteira de valores mobiliários e gestão de recursos para pessoas físicas ou jurídicas, brasileiras ou estrangeiras, e consultoria e assessoria empresarial, incluindo o planejamento e estruturação de negócios. Em 21 de maio de 2012 a denominação social da Pecus Administradora de Recursos Ltda. foi alterada para Original Investimentos Imobiliários Ltda. O capital social da Empresa passou de R\$20.100 representado por 20.100.000 quotas no valor de R\$ 1,00 cada para R\$ 100,00 com o cancelamento da emissão de 20.000.000 de novas quotas mantendo-se as percentagens de cada sócio. O objeto social passou a ser o investimento em imóveis e direitos sobre empreendimentos imobiliários comerciais ou residenciais, mediante compra e venda de imóveis e a exploração de aluguéis dos imóveis de propriedade da Sociedade. A Original Investimentos Imobiliários Ltda. ainda não entrou em operação até a data de 30 de junho de 2013. **Brasil Agroseca S.A. - Sociedade Anônima:** Em Assembleia Geral Extraordinária, datada de 20 de maio de 2013, foi deliberado o aumento de capital social no montante de R\$ 100, sem alteração da participação societária de 23,75% na empresa investida, sediada na cidade de São Paulo-SP, que atua na securitização de direitos creditórios do agronegócio.

10. Imobilizado de uso:

	30/06/2013		30/06/2012	
	Taxa de depreciação	Imobilizado custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Móveis e equipamentos				
de uso	10%	228	(38)	190
Sistema de comunicação	10%	255	(98)	157
Sistema de processamento de dados	20%	2.375	(1.206)	1.169
Sistema de segurança	10%	6	(2)	4
Instalações	10%	68	(2)	66
Total		2.932	(1.346)	1.586

O ativo imobilizado do Banco está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente em suas operações.

A DIRETORIA
11. Diferido:

	30/06/2013				30/06/2012	
	Taxa de amortização	Diferido custo	Amortização acumulada	Diferido líquido	Diferido líquido	
Gastos de organização e expansão	20%	7.156	(5.963)	1.193	2.624	
Total		7.156	(5.963)	1.193	2.624	

12. Depósitos: Classificação e vencimento:

	30/06/2013				30/06/2012	
	Sem vencimento	Até 90 dias	de 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Total
Depósito à Vista	10.746	-	-	-	10.746	3.488
Depósito a Prazo - CDB e DPGE	-	8.626	73.121	97.594	179.341	198.521
Depósitos Interfinanceiros	-	203.611	-	-	203.611	15.259
Total	10.746	212.237	73.121	97.594	393.698	217.268

O Banco realiza operações com CDB, com taxas praticadas em operações pós-fixadas de 100% do IPCA (100% em 2012); e entre 88% e 115,50% do CDI (entre 98% e 115,50% em 2012). Para operações de CDI, com taxas pós-fixadas praticadas de 100% do CDI (104% em 2012); e para DPGE com taxas pós-fixadas praticadas entre 108% e 130% do CDI (entre 108% e 130% em 2012).

13. Captações no mercado aberto:

	30/06/2013				30/06/2012	
	Até 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Total	
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	6.002	6.002	224.700	
Notas do Tesouro Nacional - NTN - Série B	-	-	-	-	20.000	
Total	-	-	6.002	6.002	244.700	

14. Recursos de aceites e emissão de títulos: Classificação e vencimento

	30/06/2013				30/06/2012	
	Sem vencimento	Até 90 dias	de 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Total
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	-	82.553	105.247	11.327	199.127	272.281
O Banco realiza operações com LCAs - Letras de Crédito do Agronegócio, com taxas praticadas em operações pós-fixadas de 100% do IPCA (100% em 2012); e entre 50% e 110,50% do CDI (entre 50% e 110,50% em 2012). Para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 6,43% a.a. e 11,92% a.a. (entre 6,63% a.a. e 12,11% a.a. em 2012).						

15. Obrigações por repasses do país:

Descrição	30/06/2013		30/06/2012	
	Até 180 dias	Acima de 360 dias	Total	Total
Funcafé - FAC	1.516	-	1.516	-
Funcafé - Custeio	1.671	-	1.671	-
Funcafé - Estocagem	507	-	507	-
Funcafé - Capital de Giro	-	914	914	-
Total	3.694	914	4.608	-

16. Outras obrigações: a. Fiscais e previdenciárias:

	30/06/2013	30/06/2012
Composição		
Provisão para imposto de renda	176	3.271
Provisão para contribuição social	118	2.018
Provisão para COFINS a recolher	195	347
Provisão para PIS a recolher	32	56
Provisão para impostos e contribuições diferidos	-	810
Impostos e contribuições sobre salários	186	869
Outros impostos e contribuições a recolher		

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Conglomerado Financeiro Original tem como principais atribuições supervisionar os processos de controles internos e de gerenciamento de riscos do Banco Original S.A. e do Banco Original do Agronegócio S.A., bem como os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna e avaliar a qualidade e integridade das suas demonstrações financeiras.

Para o cumprimento de suas atribuições, as avaliações e recomendações do Comitê baseiam-se em informações recebidas da Administração do Conglomerado, incluídos os gestores de riscos, da auditoria interna e da auditoria independente.

A Administração do Conglomerado é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e pelos critérios e procedimentos utilizados nos processos geradores das informações e, portanto, é a garantidora de sua qualidade.

A Auditoria Interna é responsável por identificar e avaliar os principais riscos a que está exposto o Conglomerado em suas operações, bem como analisar os controles utilizados na mitigação desses riscos.

É de sua competência, também, verificar o cumprimento das normas legais e regulamentares que regem as operações nos processos que audita.

A KPMG Auditores Independentes é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras e deve assegurar que elas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conglomerado e que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Comitê reuniu-se com a empresa de auditoria independente e com os responsáveis pela auditoria interna, bem como com gestores de riscos e responsável pela Ouvidoria, com o intuito de discutir pontos de gerenciamento de riscos, o planejamento e os trabalhos da auditoria interna, a adequação do escopo e dos procedimentos da auditoria independente, analisar as demonstrações financeiras de 30.06.2013 e o relatório da Ouvidoria.

O Comitê, com base nas informações recebidas, considera que a abrangência e profundidade dos trabalhos de auditoria interna foram satisfatórias frente aos objetivos propostos, que as demonstrações financeiras de 30.06.2013 das instituições que compõem o Conglomerado Financeiro Original foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e que os aprimoramentos nos processos de gestão e controle de riscos, os tornam adequados à complexidade dos negócios e ao perfil de risco do Conglomerado.

Com base nas informações recebidas, o Comitê de Auditoria recomenda à Administração do Conglomerado Financeiro Original a aprovação das demonstrações financeiras auditadas relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2013.

São Paulo, 22 de agosto de 2013

Comitê de Auditoria

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Acionistas e Administradores do

Banco Original do Agronegócio S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Original do Agronegócio S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação

das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Original do Agronegócio S.A. em 30 de junho de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 22 de agosto de 2013



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Alberto Spilborghs Neto
Contador CRC 1SP167455/O-0